

CLN	APRECIADO
DATA	Sujeito a apreciação
9-7-85	de
	Secretaria

*Pereira*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

400/85

INTERESSADO/MANTENEDORA		UF
DEPUTADO RAUL BERNARDO		DF
ASSUNTO		
Consulta sobre matéria relativa a Universidade Federal Autárquica.		
RELATOR: SR. CONS. CAIO TÁCITO		
PARECER N.º 400/85	CÂMARA OU COMISSÃO CLN	APROVADO EM 03/07/85
		PROCESSO N.º 23001.000371/85-86
I - RELATÓRIO		
<p>O ilustre Deputado Raul Bernardo, Vice-Lider do PDS, formula consulta a este Conselho, esclarecendo faz-lo por delegação do Lider do Partido. Consiste a consulta nos seguintes quesitos:</p> <p>1 - Estando uma Universidade federal autárquica, como entidade da administração indireta vinculada ao Ministério da Educação (Decreto n. 60900/67) paralizada por infringência do art. 2º, § 1º, da Lei n. 5.540/68 e demais legislação, com esta situação reconhecida por ato do Sr. Ministro do Trabalho de declaração de estado de greve, é lícito a docente, que continua a trabalhar normalmente, valer-se do direito constitucional de petição para solicitar a seu superior máximo, o Sr. Ministro de Estado, a aplicação do art. 48 da mesma Lei 5540/68, em petição protocolada diretamente em seu Gabinete diante da impossibilidade de o fazer em sua repartição, que tem os serviços de comunicações paralizados pela greve? Pode ele ser penalizado por assim ter procedido?</p> <p>2 - Alguém pode ter reconhecido, no Brasil,</p>		

MOD 5 - CFE

400/85

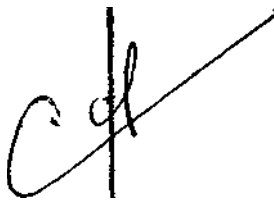
# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

curso de pós-graduação realizado no exterior, sem fazer prova prévia de ter, antes dele, sido diplomado em curso de graduação de qualquer espécie, nacional ou estrangeiro? Pode uma pessoa, nesta situação, exercer o cargo ou emprego de professor de ensino superior em universidade federal autárquica e diante do disposto nas Leis 5539/68, art. 6º, § 1º; 6182/74, art. 14, § 1º e inciso III; parecer do CFE, processo 417/82, de 14.12.1983; e outros pareceres do C.F.E.?

Como fundamento do pedido, o ilustre parlamentar indica o art. 176 e seu parágrafo único, do Decreto-lei n. 200/67, que assim dispõem:



Art. 176 - Ressalvados os assuntos de caráter sigiloso, os órgãos do Serviço Público estão obrigados a responder às consultas feitas por qualquer cidadão, desde que relacionadas com seus legítimos interesses e pertinentes a assuntos específicos da repartição.

Parágrafo único - Os chefes de serviço e os servidores serão solidariamente responsáveis pela efetivação de respostas em tempo oportuno.

Declara, ainda, o consulente que a solicitação visa a prevenir eventual exercício do direito definido no art. 2º, alínea b, da Lei n. 7295/84 (e não Lei n. 7235/84, como indicado, por evidente erro datilográfico).

#### PARECER

Preliminarmente, impõe-se examinar se, entre as atribuições do CFE, definidas em lei, se insere a de se manifestar sobre consultas formuladas, diretamente ou por delegação, por parlamentares no exercício de liderança de Partidos Políticos, ou mesmo, em termos gerais, por membros das Casas do Congresso.

Certamente, a Constituição Federal habilita qualquer

parlamentar a promover a audiência de órgão da Administração Pública Federal, direta ou indireta, mediante pedido de informações. Este, todavia, tem via regimental própria, devendo ser formalizado por intermédio da correspondente Mesa da Câmara ou Senado e referir-se a fato determinado (Constituição Federal, art. 30, parágrafo único, alínea c, na redação adotada pela Emenda Constitucional n. 22, de 1982).

A consulta submetida a este Conselho traz á colação, como acima indicado, preceitos legais que, data venia, não socorrem à sua procedência.

O art. 176 do Decreto-lei n. 200/67 visa à proteção do legítimo interesse de qualquer cidadão, ou seja, tem como meta a defesa de direito próprio individualizado, e não de lei em tese, ou de forma de exercício de mandato parlamentar, em função de direito de terceiros.

Também a invocação da Lei n. 7295/84 não oferece suporte à consulta. A lei em causa, regulamentando o art. 45 da Constituição, submete à fiscalização legislativa os atos da .Administração Pública, direta ou indireta. Mas, nos termos da mesma lei, a fiscalização é exercida por comissões permanentes por ela instituídas em cada Casa do Congresso, denominadas Comissões de Fiscalização e Controle, e não, individualmente, pelos deputados ou senadores (art. 39 da Lei n. 7295/84).

O CFE é, por força de lei, órgão consultivo, em matéria de sua competência, do Presidente da República ou do Ministro da Educação (art. 9º, alínea o, da Lei n. 4024/61). Não é - com todo o respeito que merecem as Casas do Congresso e seus ilustres membros - órgão auxiliar do Poder Legislativo.

Cumpré, assim, como preliminar, ponderar que ine-xiste dever legal de resposta à consulta em apreço, não obstante sua eminente origem.

De outra parte, embora formulados em termos hipotéticos, ambos os quesitos têm em mira casos concretos, como deflui da exposição que acompanha a consulta.

O primeiro quesito focaliza o não atendimento, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, de requisição emanada

da Câmara de Deputados, no sentido de ser posto à sua disposição determinado professor. E a recusa teria como fundamento a circunstância de estar o docente respondendo a processo disciplinar pela conduta descrita na consulta.

Quanto ao segundo quesito, cuida (como se pode aduzir de sua minuciosa redação) da situação pessoal de outro docente da mesma Universidade, presentemente ocupante de cargo de direção em uma de seus Faculdades.

Se, portanto, o CFE entender que, embora não obrigado de lege, deverá, a título de colaboração ou como cortesia, responder à consulta, a manifesta vinculação dos quesitos a situações concretas, impõe a prévia audiência da Universidade e dos professores por elas alcançados, em respeito ao princípio geral de direito, que também se afina com o sistema constitucional, concernente ao direito de defesa.

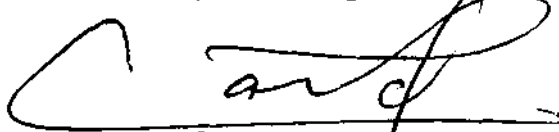
O nosso parecer é, em suma, que o CFE não tem, entre suas atribuições, a de responder consultas individuais.

E, no mérito, que, a se manifestar sobre a matéria da consulta, deverá, previamente, ouvir a Universidade Federal do Rio de Janeiro, fazendo-lhe a remessa do inteiro teor da consulta e da documentação que a instrui, marcando prazo certo para tal manifestação.

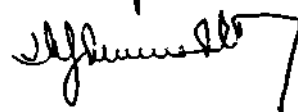
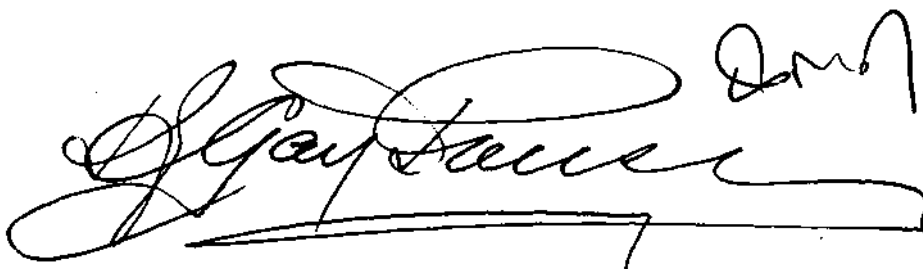
#### CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Legislação e Normas aprova o parecer do Relator.

Sala de Sessões, 1<sup>o</sup> de julho de 1985



CAIO TÁCITO, Presidente e Relator



IV - DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Federal de Educação aprovou , por unanimidade, a Conclusão da Câmara.

Sala Barretto Filho , em 03 de 07

de 1985.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)